

Bruxelas, 3 de julho de 2026
(OR. en)

11122/26

ECOFIN 912
UEM 316
SOC 441
EMPL 243
COMPET 856
ENV 832
EDUC 298
ENER 454
JAI 892
GENDER 129
JEUN 172
SAN 530
EIB
ECB

NOTA

de:	Secretariado-Geral do Conselho
para:	Comité de Representantes Permanentes/Conselho
Assunto:	RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO sobre as políticas económicas, sociais, de emprego, estruturais e orçamentais da França

Junto se envia, à atenção das delegações, o projeto de recomendação do Conselho referido em epígrafe, revisto e aprovado por vários comités do Conselho e ultimado pelo Comité Económico e Financeiro, com base na proposta da Comissão COM(2026) 210 final.

RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO

sobre as políticas económicas, sociais, de emprego, estruturais e orçamentais da França

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, nomeadamente o artigo 121.º, n.º 2, e o artigo 148.º, n.º 4,

Tendo em conta o Regulamento (UE) 2024/1263 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2024, relativo à coordenação eficaz das políticas económicas e à supervisão orçamental multilateral e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1466/97 do Conselho¹, nomeadamente o artigo 3.º, n.º 3,

Tendo em conta a recomendação da Comissão Europeia,

Tendo em conta as resoluções do Parlamento Europeu,

Tendo em conta as conclusões do Conselho Europeu,

Tendo em conta o parecer do Comité do Emprego,

Tendo em conta o parecer do Comité Económico e Financeiro,

Tendo em conta o parecer do Comité da Proteção Social,

Tendo em conta o parecer do Comité de Política Económica,

¹ Regulamento (UE) 2024/1263 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2024, relativo à coordenação eficaz das políticas económicas e à supervisão orçamental multilateral e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1466/97 do Conselho (JO L, 2024/1263, 30.4.2024, ELI: <http://data.europa.eu/eli/reg/2024/1263/oj>).

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento (UE) 2024/1263 especifica os objetivos do quadro de governação económica, a saber, fomentar finanças públicas sólidas e sustentáveis, um crescimento sustentável e inclusivo e a resiliência, através de reformas e investimentos, e prevenir défices orçamentais excessivos. O regulamento dispõe que o Conselho e a Comissão realizam uma supervisão multilateral no contexto do Semestre Europeu em conformidade com os objetivos e requisitos estabelecidos no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE). O Semestre Europeu inclui, em especial, a formulação, e a supervisão da aplicação, das recomendações específicas por país.
- (2) Em 25 de novembro de 2025, a Comissão adotou um parecer sobre o projeto de plano orçamental da França para 2026. Nessa mesma data, com base no Regulamento (UE) n.º 1176/2011, a Comissão adotou o Relatório sobre o Mecanismo de Alerta de 2026, em que não identificou a França como um dos Estados-Membros em relação aos quais seria necessária uma apreciação aprofundada. A Comissão adotou ainda uma recomendação de recomendação do Conselho sobre a política económica da área do euro, uma recomendação de recomendação do Conselho sobre o capital humano na União Europeia e uma proposta de Relatório Conjunto sobre o Emprego de 2026, que analisa a aplicação das Orientações para o Emprego e dos princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. O Conselho adotou a Recomendação sobre a política económica da área do euro² em 21 de abril de 2026, e o Relatório Conjunto sobre o Emprego e a Recomendação sobre o capital humano na União Europeia em 9 de março de 2026.

² JO C, C/2026/2434, 28.4.2026, ELI: <http://data.europa.eu/eli/C/2026/2434/oj>.

- (3) Em 29 de janeiro de 2025, a Comissão publicou a Bússola para a Competitividade, um quadro estratégico que visa impulsionar a competitividade global da União nos próximos cinco anos. Este documento identifica os três imperativos de transformação – a saber, a inovação, a descarbonização e a competitividade –, bem como a segurança, como pilares fundamentais de um crescimento económico sustentável. Desde a sua publicação, a Bússola para a Competitividade tem servido de base aos trabalhos no âmbito do Semestre Europeu e assegura a coerência das políticas económicas dos Estados-Membros com os objetivos estratégicos da UE, criando uma abordagem unificada da governação económica que promove o crescimento sustentável, a inovação e a resiliência em toda a União.
- (4) Em 2026, o Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas continua a desenrolar-se paralelamente ao Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR)³, agora na sua fase final. Os planos de recuperação e resiliência (PRR), a par do financiamento da política de coesão, têm sido essenciais para concretizar as prioridades estratégicas no âmbito do Semestre Europeu, uma vez que os planos tinham de responder de forma eficaz à totalidade ou a uma parte significativa dos desafios identificados nas correspondentes recomendações específicas por país formuladas em ciclos recentes, e que os programas financiados pela política de coesão europeia tinham de ter em conta as recomendações específicas por país. Agora que o MRR se aproxima do termo da sua vigência, é essencial manter e ter por base as reformas e os investimentos apoiados e executados no âmbito deste mecanismo, em especial as que contribuem para dar resposta aos desafios identificados nas recomendações específicas por país.
- (5) Em 3 de junho de 2026, a Comissão publicou o relatório específico de 2026 relativo à França. Nesse relatório, avaliou os progressos realizados pela França em resposta às recomendações específicas por país de 2025 e fez o balanço da execução, pela França, do PRR. Com base nesta análise, o relatório específico identificou os desafios mais prementes que a França enfrenta. O relatório avaliou igualmente os progressos realizados pela França na execução do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e na consecução das grandes metas da União em matéria de emprego, competências e redução da pobreza e da exclusão social, bem como na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

³ Regulamento (UE) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro de 2021, que cria o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (JO L 57 de 18.2.2021, p. 17, ELI: <http://data.europa.eu/eli/reg/2021/241/oj>).

- (6) Em 21 de janeiro de 2025, o Conselho, na sequência da avaliação e da recomendação da Comissão, adotou uma recomendação que aprova o plano orçamental-estrutural nacional de médio prazo da França⁴. O plano abrange o período de 2025 até 2029 e apresenta um ajustamento orçamental repartido ao longo de sete anos. O Conselho recomendou as seguintes taxas máximas de crescimento das despesas líquidas: 0,8 % em 2025, 1,2 % em 2026, 1,2 % em 2027, 1,2 % em 2028 e 1,1 % em 2029, o que corresponde às taxas máximas de crescimento cumulativas, calculadas por referência ao ano-base de 2023, de 4,6 % em 2025, 5,8 % em 2026, 7,1 % em 2027, 8,4 % em 2028 e 9,5 % em 2029. Para o período de 2025 a 2029, estas taxas máximas de crescimento das despesas líquidas coincidem com a trajetória corretiva, tal como recomendado pelo Conselho, em 21 de janeiro de 2025, nos termos do artigo 126.º, n.º 7, do TFUE, com vista a pôr termo à situação de défice excessivo⁵. Com base na avaliação da Comissão sobre as medidas eficazes, de 3 de junho de 2026⁶, o procedimento relativo aos défices excessivos referente à França está suspenso.
- (7) A guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e as suas repercussões constituem um desafio existencial para a União Europeia. A Comissão convidou os Estados-Membros a solicitar a ativação da cláusula de derrogação nacional do Pacto de Estabilidade e Crescimento de forma coordenada, a fim de apoiar os esforços da UE para alcançar um aumento rápido e significativo das despesas com a defesa⁷, tendo esta proposta sido acolhida favoravelmente pelo Conselho Europeu de 6 de março de 2025. Os Estados-Membros podem ainda solicitar a ativação da cláusula de derrogação nacional a qualquer momento até 2028, desde que cumpram os critérios estabelecidos no artigo 26.º do Regulamento (UE) 2024/1263.

⁴ Recomendação do Conselho, de 21 de janeiro de 2025, que aprova o plano orçamental-estrutural nacional de médio prazo da França (JO C, C/2025/659, 10.2.2025, ELI: <http://data.europa.eu/eli/C/2025/659/oj>).

⁵ Recomendação do Conselho com vista a pôr termo à situação de défice orçamental excessivo na França, adotada em 21 de janeiro de 2025. Todos os documentos relacionados com o procedimento relativo aos défices excessivos da França podem ser consultados no seguinte endereço: https://economy-finance.ec.europa.eu/economic-governance-framework/stability-and-growth-pact/corrective-arm-excessive-deficit-procedure/excessive-deficit-procedures-overview/france_en.

⁶ Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Banco Central Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu, ao Comité das Regiões e ao Banco Europeu de Investimento – Semestre Europeu de 2026 – Pacote da primavera, COM(2026) 200 final.

⁷ Comunicação da Comissão intitulada «Accommodating increased defence expenditure within the Stability and Growth Pact» [Criar possibilidades para um aumento das despesas com a defesa no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento], Bruxelas, 19.3.2025, C(2025) 2000 final.

- (8) Em 7 de maio de 2026, a França apresentou o seu relatório anual de progresso de 2026⁸ sobre o cumprimento das taxas máximas de crescimento das despesas líquidas recomendadas, a execução do conjunto de reformas e investimentos que justificam a prorrogação do período de ajustamento e a execução de reformas e investimentos tendentes a resolver os principais desafios identificados nas recomendações específicas por país do Semestre Europeu. O relatório anual de progresso reflete igualmente os relatórios semestrais da França sobre os progressos realizados na execução do seu plano de recuperação e resiliência, em conformidade com o artigo 27.º do Regulamento (UE) 2021/241. O relatório sobre as medidas adotadas no âmbito do procedimento relativo aos défices excessivos está integrado no relatório anual de progresso.
- (9) O crescimento do PIB real em 2025 foi de 0,8 % e a inflação medida pelo IHPC situou-se em 0,9 %. Nas suas previsões da primavera de 2026, a Comissão aponta para um crescimento do PIB real de 0,8 % em 2026 e de 1,1 % em 2027, e para uma inflação medida pelo IHPC de 2,4 % em 2026 e de 1,8 % em 2027.

⁸ Os relatórios anuais de progresso de 2026 estão disponíveis em: https://economy-finance.ec.europa.eu/economic-and-fiscal-governance/stability-and-growth-pact/preventive-arm/annual-progress-reports_en.

- (10) Com base nos dados fornecidos pelo Eurostat⁹, o défice das administrações públicas da França diminuiu, passando de 5,8 % do PIB em 2024 para 5,1 % do PIB em 2025. A diminuição do défice em 2025 reflete principalmente medidas de aumento das receitas de cerca de 0,5 % do PIB e medidas de redução das despesas, principalmente no consumo público e nas transferências sociais, no valor de quase 0,3 % do PIB, bem como um aumento das receitas fiscais superior ao do PIB nominal. Este dinamismo das receitas resultou principalmente dos impostos indiretos e dos impostos sobre as sociedades. Estes fatores mais do que compensaram o aumento de 0,2 pontos percentuais dos pagamentos de juros sobre a dívida pública, impulsionado pelo aumento da dívida e pelas taxas de juro mais elevadas das novas emissões de obrigações. Com base nas medidas estratégicas conhecidas na data da finalização das previsões, as previsões da primavera de 2026 da Comissão apontam para um défice de 5,1 % do PIB em 2026 e de 5,7 % do PIB em 2027. A inalteração do défice em 2026 deve-se a vários fatores. Por um lado, reflete medidas de aumento das receitas no valor de 0,5 % do PIB (dos quais 0,3 % do PIB dizem respeito a medidas temporárias), que incluem, nomeadamente, a prorrogação da contribuição excecional das grandes empresas, o imposto complementar sobre receitas elevadas e o aumento da contribuição social generalizada (CSG) sobre as receitas financeiras, bem como os esforços de contenção nas dotações para despesas dos diferentes ministérios e administrações públicas previstos no orçamento de 2026. Por outro lado, excluindo o efeito destas medidas, prevê-se que as receitas fiscais registem um aumento ligeiramente inferior ao da atividade económica. Além disso, para além do seu impacto negativo no crescimento, o conflito no Médio Oriente deverá implicar um impacto orçamental direto adicional de 0,2 % do PIB, associado a um aumento dos encargos com juros sobre as obrigações indexadas à inflação (0,1 % do PIB), a uma diminuição das receitas devido à indexação das isenções das contribuições para a segurança social relacionadas com o salário mínimo e a um aumento das despesas militares com missões nessa região. Este impacto deverá ser amplamente compensado por poupanças adicionais nas despesas anunciadas em abril. O aumento do défice em 2027 reflete principalmente a eliminação progressiva das medidas temporárias em matéria de receitas em 2026, no valor de 0,3 % do PIB.

⁹ Euroindicadores do Eurostat, 22.4.2026.

- (11) Com base nas estimativas da Comissão, a orientação orçamental¹⁰, que inclui as despesas financiadas tanto a nível nacional como da UE, foi contracionista, em 0,9 % do PIB, em 2025. Prevê-se que seja contracionista, em 0,9 % do PIB, em 2026, e expansionista, em 0,3 % do PIB, em 2027.
- (12) Com base nos dados fornecidos pelo Eurostat¹¹, a dívida pública da França aumentou, passando de 112,6 % do PIB em finais de 2024 para 115,6 % do PIB em finais de 2025. O aumento do rácio da dívida em 2025 reflete principalmente défices primários elevados e o aumento dos pagamentos de juros, que mais do que compensaram o efeito de redução da dívida do crescimento nominal. Com base nas medidas estratégicas conhecidas à data da sua finalização, as previsões da primavera de 2026 da Comissão apontam para que o rácio dívida/PIB aumente para 118,1 % até ao final de 2026 e aumente novamente para 120,2 % até ao final de 2027. Os aumentos em 2026 e 2027 refletem principalmente os mesmos fatores que em 2025.
- (13) Com base nos dados do Eurostat¹², o total das despesas das administrações públicas com a defesa na França ascendeu a 1,9 % do PIB em 2025. De acordo com as previsões da primavera de 2026 da Comissão, as despesas com a defesa deverão atingir 2,1 % do PIB em 2026¹³.

¹⁰ A orientação orçamental é definida como uma medida da variação anual da situação orçamental subjacente das administrações públicas. Visa avaliar o impulso económico decorrente das políticas orçamentais financiadas tanto a nível nacional como pelo orçamento da UE. A orientação orçamental é medida como a diferença entre: i) o crescimento potencial a médio prazo e ii) a variação das despesas primárias líquidas de medidas discricionárias em matéria de receitas, incluindo as despesas financiadas por apoio não reembolsável (subvenções) do Mecanismo de Recuperação e Resiliência e de outros fundos da União.

¹¹ Euroindicadores do Eurostat, 22.4.2026.

¹² Eurostat, despesas públicas de acordo com a classificação das funções das administrações públicas (COFOG).

¹³ A definição de «despesas com a defesa» da OTAN difere da da COFOG. Além disso, podem existir diferenças devido ao momento de registo das despesas, em especial as relativas ao equipamento militar, uma vez que os relatórios da OTAN não seguem a regulamentação relativa às contas nacionais para o momento de registo.

- (14) A União continua a fazer face a riscos de perturbações do aprovisionamento energético e de elevada volatilidade dos preços, exacerbados por tensões geopolíticas que afetam os mercados mundiais do petróleo e do gás. A experiência adquirida com a crise energética de 2022-2023 demonstrou que as medidas abrangentes e não direcionadas implicam custos orçamentais elevados e são social e economicamente ineficientes. Desde o início da guerra no Médio Oriente, em fevereiro de 2026, a França adotou uma série de medidas de política orçamental específicas para atenuar o impacto dos elevados preços da energia nos agregados familiares e nas empresas¹⁴. Entre estas incluem-se o reembolso correspondente a um custo estimado de 20 centimos de EUR por litro dos preços dos combustíveis para as microempresas e as PME do setor dos transportes públicos, das pescas (aumento aplicado, neste caso, em maio) e das empresas de construção e de obras públicas em abril e maio; um reembolso equivalente para os trabalhadores com baixos rendimentos pela utilização profissional de veículos particulares entre abril e junho; o reembolso aos agricultores dos impostos especiais sobre o consumo de gasóleo agrícola no valor de 4 centimos de EUR por litro em abril, aumentado em maio para 15 centimos de EUR por litro; e a assunção excecional do pagamento das contribuições para a segurança social dos agricultores mais afetados em abril. Em princípio, estas medidas deverão ser progressivamente eliminadas em junho de 2026 e o seu custo, tido em conta nas previsões da primavera de 2026 da Comissão, ascende a menos de 0,1 % do PIB. De acordo com as estimativas da Comissão, se estas medidas permanecessem em vigor até ao final de 2026, o seu custo orçamental manter-se-ia abaixo de 0,1 % do PIB em 2026.
- (15) De acordo com os cálculos da Comissão, as despesas líquidas na França cresceram 0,7 % em 2025 e, cumulativamente, 4,0 % em 2024 e 2025. O crescimento das despesas líquidas em 2025 é inferior à taxa máxima de crescimento recomendada. Considerando 2024 e 2025 em conjunto, a taxa de crescimento cumulativa das despesas líquidas também é inferior à taxa máxima de crescimento recomendada.

¹⁴ Situação na data da finalização das previsões da primavera de 2026 da Comissão (4 de maio de 2026).

- (16) De acordo com os cálculos da Comissão, as despesas líquidas na França deverão crescer 1,4 % em 2026 e, cumulativamente, 5,4 % em 2024, 2025 e 2026. O crescimento previsto das despesas líquidas em 2026 é superior à taxa máxima de crescimento recomendada, correspondendo a um desvio de 0,1 % do PIB em termos anuais. Considerando 2024, 2025 e 2026 em conjunto, a taxa de crescimento cumulativa projetada das despesas líquidas é inferior à taxa máxima de crescimento recomendada.
- (17) A recomendação que aprova o plano de médio prazo da França especifica o conjunto de reformas e investimentos que justificam a prorrogação do período de ajustamento, juntamente com um calendário para a sua execução. Tendo em conta as informações fornecidas pela França no seu relatório anual de progresso, a Comissão considera que a execução das principais etapas destas reformas e investimentos, prevista até 30 de abril de 2026, parece estar, de um modo geral, no bom caminho. No entanto, a reformulação das isenções das contribuições para a segurança social em torno do salário mínimo gerou poupanças inferiores às previstas. A Comissão considera que, de um modo geral, a França honrou os seus compromissos de forma satisfatória. Numa análise prospetiva, a reforma do regime de pensões de 2023 foi suspensa até janeiro de 2028¹⁵.

¹⁵ Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Banco Central Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu, ao Comité das Regiões e ao Banco Europeu de Investimento – Semestre Europeu de 2026 – Pacote da primavera, COM(2026) 200 final.

- (18) A França continua a enfrentar riscos elevados para a sustentabilidade orçamental a médio prazo e riscos médios para a sustentabilidade a longo prazo. É necessária uma estratégia orçamental abrangente e coerente, tanto do lado das receitas como das despesas, para impulsionar o crescimento potencial e colocar a dívida pública numa trajetória descendente, a fim de assegurar a sua sustentabilidade. Situando-se em 57,2 % do PIB em 2025, a despesa pública da França manteve-se a segunda mais elevada da UE, e 7,7 pontos percentuais acima da média da UE. As previsões da primavera de 2026 da Comissão apontam para que esta diferença se mantenha em cerca de 7 pontos percentuais em 2026. A despesa pública persistentemente elevada na França suscita preocupações em matéria de eficiência, exigindo simultaneamente uma elevada carga fiscal global, o que, por sua vez, condiciona a eficiência económica. Consequentemente, uma consolidação orçamental duradoura na França exige uma ação decisiva em matéria de despesa pública, em termos do seu nível, composição e eficiência global. Para o efeito, é necessário reforçar os compromissos de poupança em relação aos do plano orçamental-estrutural de médio prazo francês. Uma estratégia coerente e eficaz para reduzir permanentemente a despesa pública, melhorando simultaneamente a sua qualidade, tem de basear-se sistematicamente em análises ambiciosas e abrangentes da despesa no cerne do processo orçamental, coerentes com as prioridades de médio prazo. Para além de contribuir para a consolidação orçamental, tal reforçaria o potencial de crescimento da França, ajudando a canalizar os recursos públicos para políticas mais favoráveis ao crescimento.

- (19) Situando-se em 14,6 % do PIB em 2023, a despesa pública com pensões na França é relativamente elevada. De acordo com o relatório de 2024 sobre o envelhecimento demográfico, o índice de dependência de idosos deverá aumentar significativamente nas próximas décadas, passando de 38,2 % em 2022 para 53,2 % em 2050 e 57,8 % em 2070. Por sua vez, a idade efetiva de reforma é baixa, situando-se nos 62,2 anos em 2022. Entre outros elementos, a reforma do regime de pensões de 2023 contribuiu para melhorar a sustentabilidade das finanças públicas, acelerando o aumento do período de contribuição necessário para receber uma pensão completa e aumentando gradualmente a idade mínima de reforma, a fim de impulsionar o emprego e o crescimento potencial. No seu plano orçamental-estrutural de médio prazo, a França comprometeu-se a preservar o impacto da reforma do regime de pensões de 2023 na sustentabilidade financeira do regime durante o período de 2026-2040. No entanto, em dezembro de 2025, a reforma foi suspensa até janeiro de 2028. Esta suspensão implica uma deterioração do saldo orçamental das administrações públicas até meados da década de 2030, um aumento da dívida pública e um enfraquecimento dos efeitos positivos da reforma no mercado de trabalho, ao passo que os desafios anteriormente referidos continuam a ser muito significativos.

- (20) A carga fiscal na França continua a ser significativamente superior à média da UE. Em 2025, as receitas fiscais na França representaram 44,3 % do PIB, face a 39,9 % na UE-27, em média, sendo a taxa implícita de imposto sobre o trabalho e os impostos sobre o trabalho suportados pelos empregadores também dos mais elevados da UE. Situando-se em 4,4 % do PIB em 2024, os impostos sobre a produção, que são especialmente prejudiciais para o crescimento, estão também muito acima da média da UE (2,4 % do PIB), o que compromete a competitividade. Especificamente, os impostos sobre a produção, nomeadamente sobre a massa salarial total e os salários, bem como sobre a propriedade ou utilização de terrenos, edifícios e outras construções, estão acima da média da UE. No entanto, os impostos sobre o consumo são relativamente baixos, apesar de causarem menos distorções. Ao mesmo tempo, as numerosas despesas orçamentais e despesas fiscais com finalidade social aumentam a complexidade do sistema fiscal, provocam perdas significativas de eficiência na afetação e implicam uma carga orçamental pesada (de quase 6 % do PIB em 2025). Um modelo fiscal mais favorável ao crescimento exigiria uma estratégia orçamental abrangente destinada a reforçar o crescimento potencial e a eficiência global do sistema fiscal, apoiando simultaneamente a consolidação orçamental. A redução da carga fiscal sobre o trabalho (incluindo as contribuições para a segurança social) e o capital produtivo, aumentando simultaneamente os impostos sobre o consumo, incluindo os impostos ambientais, poderia ajudar a reduzir as distorções económicas e apoiar a competitividade e o crescimento. Além disso, a redução e a racionalização das despesas orçamentais e das despesas fiscais com finalidade social contribuiriam para alargar as bases tributáveis, contribuindo assim para evitar aumentos das taxas nominais.
- (21) O nível de complexidade administrativa na França é elevado. A coexistência de muitos níveis administrativos implica relações financeiras complexas entre diferentes níveis de governo e a sobreposição de competências, que geram custos de coordenação redundantes, sem necessariamente melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados. A redução da complexidade administrativa e a clarificação das competências e responsabilidades financeiras entre os diferentes níveis de governo ajudariam a orientar eficazmente as despesas e as receitas, em consonância com os compromissos orçamentais. Tal aumentaria a eficiência e a qualidade globais da despesa pública, apoiando simultaneamente a consolidação orçamental.

- (22) Persistem disparidades regionais nos serviços públicos, como os cuidados de saúde (nomeadamente nos «desertos médicos»), a educação, a mobilidade e a habitação, enfrentando as zonas rurais desafios específicos no acesso a serviços essenciais. Nas regiões ultraperiféricas francesas, o fraco ordenamento do território e a capacidade administrativa limitada dificultam ainda mais a execução eficaz das políticas e o investimento público.
- (23) A participação sistemática, significativa e atempada das autoridades locais e regionais, dos parceiros sociais, da sociedade civil e de outras partes interessadas pertinentes continua a ser essencial para assegurar uma ampla apropriação com vista à execução bem-sucedida dos instrumentos de financiamento da União, bem como no contexto do Semestre Europeu.
- (24) A execução dos programas da política de coesão, que incluem o apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e do Fundo Social Europeu Mais (FSE+), na França está acima do ritmo médio a nível da UE, tanto em termos de seleção de projetos como de pagamentos. É importante manter a dinâmica atual, maximizando o impacto dos investimentos no terreno. A França já está a tomar medidas no âmbito dos seus programas da política de coesão para impulsionar a competitividade e o crescimento. No entanto, alguns programas nas regiões ultraperiféricas continuam a enfrentar desafios em matéria de execução e enfrentam dificuldades na consecução das metas dos seus programas. Simultaneamente, a França tem de acelerar a execução do Fundo para uma Transição Justa (FTJ), uma vez que os recursos deverão ser desembolsados até ao final de 2026. É essencial assegurar que os novos investimentos identificados pela França na sua revisão intercalar dos fundos da política de coesão, nomeadamente os relacionados com as cinco prioridades apontadas no regulamento relativo à revisão intercalar¹⁶, sejam realizados de forma rápida e eficaz.

¹⁶ Regulamento (UE) 2025/1914 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de setembro de 2025, que altera os Regulamentos (UE) 2021/1058 e (UE) 2021/1056 no respeitante a medidas específicas para fazer face a desafios estratégicos no contexto da revisão intercalar.

- (25) Para além dos desafios acima descritos, a França enfrenta igualmente desafios relacionados com os encargos administrativos e regulamentares, a intensidade da investigação e desenvolvimento (I&D) das empresas, o apoio à inovação disruptiva, a eficácia da colaboração entre empresas e universidades, a digitalização das pequenas e médias empresas (PME), a descarbonização dos transportes e dos edifícios, a implantação das energias renováveis e os investimentos conexos na rede elétrica e no armazenamento, bem como a eletrificação das utilizações finais, a escassez e a qualidade da água, a escassez de competências, os resultados no mercado de trabalho dos jovens, o sistema educativo, a profissão docente e a pobreza no trabalho e infantil.
- (26) Tal como estabelecido na Bússola para a Competitividade, todas as instituições da UE, nacionais e locais, deverão envidar os maiores esforços para elaborar regras mais simples e melhorar a celeridade dos procedimentos administrativos. Para reduzir os encargos administrativos, a França deverá tomar novas medidas. Tal implicaria igualmente uma maior disponibilidade de serviços públicos digitais para os cidadãos e as empresas, uma vez que a sua prestação estagnou e permanece abaixo da média da UE. Em meados de abril de 2026, foi adotada a lei relativa à simplificação da vida económica. A lei introduz o «teste das empresas» e um organismo específico, o Conselho para a Simplificação, que associa representantes das empresas, para testar as normas novas e alteradas. O Conselho para a Simplificação também pode ser consultado sobre as normas existentes. A lei facilita a criação de projetos industriais e de infraestruturas e de centros de dados, sujeitos a condições, bem como de projetos de transição energética. A lei facilita igualmente o acesso das empresas à contratação pública. Uma percentagem significativa e crescente de empresas na França considerou que a regulamentação do mercado de trabalho e a regulamentação das empresas constituem um grande obstáculo ao investimento¹⁷. Os procedimentos relativos à cessação de pagamentos, à cessação de atividade e às ações judiciais são considerados os mais complexos de levar a cabo. Embora a lei relativa à simplificação facilite as transmissões de empresas, não aborda os procedimentos de cessação de atividade.

¹⁷ 27 % e 26 % para a regulamentação do mercado de trabalho e das empresas, respetivamente, em 2025, face a 20 % e 19 % em 2024. Globalmente, em 2025, cerca de 60 % das empresas consideraram que essa regulamentação constituía um obstáculo ao investimento na França. Inquéritos ao investimento do BEI de 2024 e 2025.

- (27) As restrições regulamentares impostas às empresas nacionais continuam a ser mais elevadas na França do que em países comparáveis relativamente a várias profissões e estão entre as mais elevadas da UE no setor retalhista. A revisão dos exames locais obrigatórios aplicáveis aos profissionais estrangeiros, a redução das taxas mínimas obrigatórias e a oferta de alternativas à inscrição obrigatória numa ordem profissional poderiam apoiar melhor o crescimento de novas empresas inovadoras e reduzir o custo dos fatores de produção intermédios. A redução das restrições ao comércio retalhista, como os requisitos de registo, as autorizações e as restrições operacionais, poderia ajudar a melhorar as operações comerciais e beneficiar os consumidores através de preços competitivos e de uma escolha mais ampla de produtos. A simplificação do quadro regulamentar para o setor da construção, incluindo o procedimento de licenciamento, poderia ajudar a fazer face às restrições em matéria de oferta de habitação. As regras nacionais em matéria de embalagem e rotulagem impõem encargos de conformidade ao comércio de mercadorias. De acordo com a avaliação da Comissão e a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE), as restrições regulamentares ao comércio transfronteiriço de serviços no interior do Espaço Económico Europeu (intra-EEE) na França estão entre as mais elevadas da UE, em especial nos domínios da arquitetura, dos serviços jurídicos, da contabilidade, dos serviços de distribuição, do transporte aéreo, do transporte ferroviário de mercadorias e do transporte rodoviário de mercadorias. A melhoria das condições de acesso ao mercado, procedimentos de autorização mais transparentes e a redução dos obstáculos à circulação de pessoas, apoiados por esforços para reduzir as fricções no comércio digital, poderão permitir à França tirar partido dos ganhos de produtividade e competitividade.

- (28) Apesar de ter uma das percentagens mais elevadas de apoio público à I&D das empresas na UE, a I&D privada da França está a estagnar e manteve-se ligeiramente abaixo da média da UE em 2024. Prevê-se que o principal mecanismo, o crédito fiscal à investigação, aumente para 8 mil milhões de EUR em 2026 (0,3 % do PIB)¹⁸. A avaliação realizada pela Comissão Nacional de Avaliação das Políticas de Inovação em 2021 indicou que o regime não teve efeitos significativos nas empresas de maior dimensão, apesar de metade do apoio ter sido para elas transferido. Uma melhor orientação dos apoios a PME inovadoras, empresas de média capitalização e empresas em fase de arranque, bem como a facilitação da sua adoção do regime, poderia impulsionar a I&D, uma vez que essas empresas estão mais condicionadas do ponto de vista financeiro. A redução do limiar das despesas elegíveis ao abrigo do crédito fiscal à investigação e o aumento da vantagem para as empresas inovadoras de menor dimensão e mais jovens poderiam tornar o regime mais eficaz no que diz respeito ao aumento da intensidade de I&D, aumentando os efeitos de adicionalidade.

¹⁸ OCDE (2020), *How effective are R&D tax incentives? New evidence from the OECD microBeRD project*, Direção da Ciência, Tecnologia e Inovação, OCDE, Paris. Conseil d'analyse économique, Focus n.º 090-2022, *Renforcer l'impact du Crédit d'impôt recherche*, Philippe Aghion, Nicolas Chanut e Xavier Jaravel, 2022. Bunel, S. e Sicsic, M., *Les incitations fiscales à la recherche et développement et à l'innovation: état des lieux, effets et alternatives*, Sciences Po LIEPP, documento de trabalho n.º 163, 2024.

- (29) O apoio específico à inovação, tal como previsto no plano de investimento «France 2030», apoia normalmente um aumento do investimento em ativos intangíveis, incluindo em propriedade intelectual, conduzindo a um aumento da produtividade e da competitividade¹⁹. Uma avaliação de 2023 do «France 2030» indica um impacto considerável no PIB e no emprego, embora uma racionalização do apoio possa ser benéfica. No entanto, a França está a abrandar a implantação da France 2030 e ainda não foi anunciado um plano de investimento de acompanhamento. A introdução de um programa plurianual de investimento estratégico canalizado para a inovação disruptiva que abranja todo o ciclo de investigação-inovação, com uma melhor governação em consonância com os ensinamentos retirados do «France 2030»²⁰, poderia acelerar a implantação de novas tecnologias e apoiar a soberania industrial em setores estratégicos fundamentais, a segurança económica e o crescimento a longo prazo.

¹⁹ Roth, F., e Thum, A. E., *Intangible capital and labor productivity growth: Panel evidence for the EU from 1998-2005*, Review of Income and Wealth, volume 59, n.º 3, 486e508, 2013, <https://doi.org/10.1111/roiw.12009>; Dimas, P., Stamopoulos, D. e Tsakanikas, A., *Intangibles and Participation in Global Value Chains in the EU: Evidence from the GLOBALINTO Input-Output Intangibles Database*, Economic and Business Review, 2022.

²⁰ Cour de comptes, *10 ans de politiques publiques en faveur de l'industrie*, páginas 86-87, 2024; le Comité de surveillance des investissements d'avenir, *France 2030: un déploiement massif et rapide à pérenniser, un impact à renforcer*, [2ce0410dc4f9499917f929e71c6f716395ef68aa.pdf](https://www.ccomptes.fr/system/Uploads/2024/06/2024_06_20_France_2030_un_deploiement_massif_et_rapide_a_perenneriser_un_impact_a_renforcer.pdf).

- (30) As empresas francesas em fase de expansão continuam a enfrentar um défice de financiamento considerável. Em média, uma empresa francesa obteve apenas 60 % do capital obtido por uma empresa comparável nos Estados Unidos, 10 anos após a sua criação²¹. Uma vez que as empresas em fase de expansão são mais produtivas e mais inovadoras do que outras empresas, a resolução do défice de financiamento da inovação e o aumento do investimento em capital de risco e em participações privadas aumentariam as perspetivas de crescimento da França. Este objetivo pode ser alcançado através de uma maior mobilização dos fundos dos investidores institucionais, nomeadamente através da «iniciativa Tibi», mobilizando o investimento de retalho e, em última análise, facilitando o acesso aos mercados de ofertas públicas iniciais (OPI)²². De um modo mais geral, o ecossistema de poupança e investimento na França poderia ser reforçado em benefício da economia, aumentando as participações no capital de investidores institucionais, como os fundos de pensões e as companhias de seguros, e incentivando o investimento em capitais próprios por parte dos investidores não profissionais, nomeadamente através do Plan d'Epargne en Actions (PEA).

²¹ Fratto, C., Gatti, M., Kivernyk, A., Sinnott, E., & van der Wielen, W. (2024). *The scale-up gap: Financial market constraints holding back innovative firms in the European Union*, Banco Europeu de Investimento, 2024, <https://doi.org/10.2867/382579>.

²² De acordo com o inquérito de 2025 sobre os capitais próprios do Fundo Europeu de Investimento (FEI) ([eif-equity-survey-2025.pdf](#)), quase metade dos comanditados que gerem fundos de capital de risco na Europa citaram os mercados de ofertas públicas iniciais como um grande obstáculo à expansão. Outros obstáculos ainda mais importantes decorrem da fragmentação dos mercados, do acesso ao capital e de uma menor apetência dos investidores pelo risco.

- (31) A criação de laços mais estreitos entre a ciência e as empresas é fundamental para gerar inovação. Para apoiar essa cooperação na França, foi introduzido um vasto leque de entidades²³ e instrumentos. No entanto, a complexidade do ecossistema francês de transferência de tecnologias e valorização da investigação, tal como salientado pela Inspeção-Geral das Finanças (*Inspection générale des finances*) em 2024²⁴, representa um obstáculo significativo. Em 2025, foi lançada uma revisão do modelo de governação e financiamento das empresas de aceleração da transferência de tecnologias (*Sociétés d'accélération du transfert de technologies*, SATT) e, de um modo mais geral, do seu papel na melhoria da transferência de tecnologias a nível local, com o objetivo de criar uma nova estrutura organizacional até 2027. Para melhorar os resultados da inovação, é necessário aumentar a eficácia do ecossistema de transferência de conhecimentos e tecnologias. Este objetivo pode ser alcançado visando resultados concretos, como um aumento considerável do número de registos de patentes, da proteção da propriedade intelectual e da criação de empresas. A simplificação dos ecossistemas, por exemplo, através da racionalização dos papéis das entidades existentes ou do reforço da colaboração entre elas, poderia também produzir melhores resultados.

²³ Como empresas de aceleração da transferência de tecnologias (*Sociétés d'accélération du transfert de technologies*, SATT), institutos de investigação tecnológica (*Instituts de Recherche Technologique*) e institutos hospitalares universitários (*Instituts Hopitalo-Universitaires*).

²⁴ Comité de acompanhamento dos investimentos orientados para o futuro. Avaliação da primeira fase do programa de investimentos orientados para o futuro (PIA, 2009-2019), novembro de 2019, disponível em: [Le PIA, un outil à préserver, une ambition à refonder](#); Cour des comptes, *Les outils du PIA consacrés à la valorisation de la recherche publique*, 2018; *Inspection générale des finances, Évaluation des dispositifs Carnot*, 2024.

- (32) Apesar dos progressos realizados na digitalização das PME e na adoção de tecnologias digitais avançadas, a França continua abaixo da média da UE. Entre os principais estrangulamentos na digitalização das PME incluem-se a falta de conhecimentos especializados e de competências, preocupações em matéria de cibersegurança e restrições financeiras, em especial devido à falta de clareza no que se refere aos retornos do investimento. O atraso na adoção de soluções digitais, em especial nas PME, é um dos fatores que condicionam o crescimento da produtividade e a competitividade na França. Acelerar a digitalização das PME é fundamental para cumprir as metas digitais da UE para 2030, segundo as quais mais de 90 % das PME da União Europeia deverão alcançar, pelo menos, um nível básico de intensidade digital até 2030. A «France Num» continua a ser o principal instrumento público de apoio à digitalização básica das PME, atuando principalmente como uma rede de partes interessadas envolvidas na transformação digital. O novo plano «Osez l'IA» visa difundir as tecnologias de inteligência artificial (IA) nas empresas de grande dimensão e nas PME, contribuindo assim para a digitalização. No entanto, não visa as PME nem se centra na digitalização básica.
- (33) O abrandamento da descarbonização observado em 2024 prosseguiu em 2025. Todos os setores estão longe de alcançar as metas para 2030 estabelecidas no projeto da terceira estratégia hipocarbónica da França, tendo as maiores disparidades sido verificadas nos edifícios e nos transportes, agravadas pela diminuição dos sumidouros naturais de carbono, que compensam as emissões de gases com efeito de estufa (GEE). Os transportes continuam a ser a principal fonte de emissões de GEE na França. A aceleração da descarbonização do transporte rodoviário é essencial para cumprir as metas de redução das emissões de GEE. Na França, o transporte de mercadorias continua a ser essencialmente rodoviário. Para apoiar uma transferência modal do transporte rodoviário para o transporte ferroviário e por vias navegáveis interiores, a França tem de concluir a rede transeuropeia de transportes para aumentar a capacidade e a densidade da rede, bem como para assegurar investimentos adequados nas infraestruturas ferroviárias. As vias navegáveis interiores também oferecem um elevado potencial de descarbonização e podem ser mais exploradas, melhorando a qualidade das redes de vias navegáveis interiores, a interoperabilidade dos serviços de informação fluvial, a disponibilidade de dados e a densidade dos terminais. A França poderia incentivar ainda mais a adoção de veículos com nível nulo ou baixo de emissões, desincentivando a aquisição de veículos com motor de combustão, isentando os veículos pesados elétricos das portagens nas vias rodoviárias de alta velocidade e internalizando o custo externo das emissões de CO₂ dos veículos pesados convencionais nas portagens.

- (34) De acordo com as estimativas mais recentes do Citepa, o consumo de energia final no setor dos edifícios residenciais e terciários estagnou, em grande medida, desde 2015, tendo aumentado 1 % em 2024, e as emissões de GEE diminuíram apenas 1,5 % em 2025 (em comparação com -0,7 % em 2024). A França continua longe de cumprir o seu terceiro orçamento de carbono para o setor²⁵. Embora o regime «MaPrimeRenov» tenha sido alterado para promover renovações energéticas mais eficientes, o número de renovações energéticas diminuiu 10 %, refletindo as repetidas mudanças do tipo «para-arranca» do regime. Esta instabilidade – devida às interrupções e às alterações do tipo de trabalho elegível e das condições de rendimento para aceder ao financiamento – enfraqueceu a dinâmica, reduziu a previsibilidade para os agregados familiares e o setor e abrandou a implantação de bombas de calor. Embora a França tenha recentemente adotado reformas para reforçar o regime de certificados de poupança de energia e colmatar as lacunas anteriormente identificadas pelo Tribunal de Contas francês²⁶, a transição para um financiamento baseado nos certificados de poupança de energia exige um acompanhamento rigoroso. Por conseguinte, a França tem de intensificar os esforços para cumprir a sua meta de emissões dos edifícios para 2030 no âmbito do seu terceiro projeto de estratégia hipocarbónica (SNBC-3), em especial simplificando os regimes e assegurando um apoio estável e previsível. Tal inclui dar prioridade a renovações ambiciosas (ou seja, que alcancem, pelo menos, 30 % das poupanças de energia) e visar os agregados familiares vulneráveis.

²⁵ Com 56 milhões de toneladas de equivalente CO₂ (MteCO₂), a França ultrapassa o seu terceiro orçamento de carbono para o setor, que foi fixado numa média de 52 MteCO₂ para o período de 2024-2028.

²⁶ Cour des Comptes, [*Les certificats d'économies d'énergie, communication à la commission des finances, de l'économie générale et du contrôle budgétaire de l'Assemblée nationale*](#), 2024.

- (35) A França atingiu a sua meta juridicamente vinculativa para 2020 em matéria de energias renováveis em 2024, com as energias renováveis a representarem 23,2 % do consumo de energia final — com quatro anos de atraso em relação ao calendário previsto. Continua aquém da trajetória face à sua contribuição indicativa²⁷ para a meta da UE de 42,5 % para 2030. Após vários anos de consultas, o terceiro programa plurianual no domínio da energia (PPE-3) foi finalmente adotado em fevereiro de 2026, ajudando a clarificar o quadro estratégico e proporcionando maior previsibilidade para os investimentos. A consecução dos objetivos nacionais para 2030 e 2035 e o restabelecimento da confiança entre os investidores e os promotores exigirão a plena aplicação da lei relativa à aceleração da produção de energias renováveis de 2023²⁸, uma reforma incluída no plano de recuperação e resiliência da França e no seu plano orçamental-estrutural de médio prazo, a fim de apoiar uma prorrogação do período de ajustamento orçamental. Embora tenham sido adotadas algumas reformas, ainda há que resolver os principais obstáculos, em especial a morosidade e a complexidade dos procedimentos de licenciamento. Por último, o rápido lançamento de concursos em todas as tecnologias, juntamente com uma maior regionalização do planeamento energético — em especial nas regiões ultraperiféricas que enfrentam condicionalismos específicos — será essencial para concretizar a ambição da França em matéria de energias renováveis e apoiar a expansão das cadeias de valor das tecnologias limpas nacionais e da UE em setores estratégicos.

²⁷ A fórmula estabelecida no anexo 2 do Regulamento Governação indica que a meta da França deverá ser de 44 % até 2030.

²⁸ Cerca de um quarto dos atos de execução necessários ainda estão pendentes e apenas 16 000 municípios designaram «zonas de aceleração da implantação de energias renováveis».

- (36) Os períodos de excesso de oferta de eletricidade e de estagnação da procura em França podem contribuir para episódios mais frequentes de preços negativos, para a redução da eletricidade produzida a partir de fontes renováveis e para a modulação da produção nuclear. Nesse contexto, os meios de flexibilidade, como a resposta do lado da procura ou as capacidades de armazenamento, poderão desempenhar um papel cada vez mais útil, quando eficientes em termos de custos, para otimizar o sistema elétrico, garantir a segurança do aprovisionamento e gerir melhor as redes. Embora tenham sido realizados alguns progressos, nomeadamente com a instalação, em 2025, de capacidades adicionais de baterias, é necessário envidar mais esforços para integrar os volumes crescentes de eletricidade renovável e limpa. Este aspeto é particularmente importante à luz da diminuição prevista da produção de energia das centrais nucleares existentes até 2050 e do risco de intervenções de manutenção não planeadas. Tal sublinha igualmente a necessidade de reforço da rede, tanto a nível nacional como transfronteiriço. Os operadores das redes de eletricidade (RTE²⁹ e Enedis) comprometeram-se a realizar investimentos substanciais para expandir e modernizar as redes de transporte e distribuição. No entanto, embora a França esteja, de um modo geral, a avançar no sentido de dar resposta às suas necessidades previstas de investimento em infraestruturas, a execução continua a depender de uma capacidade de produção e humana suficiente, incluindo a produção e o fornecimento de cabos e mão de obra qualificada. Em comparação, os progressos nos projetos transfronteiriços continuam a ser limitados: o nível de interligação elétrica da França em 2025 estava abaixo da meta da UE de 15 % para 2030. Embora a França esteja interligada com os seus países vizinhos e estejam em curso novos projetos, persistem atrasos e os principais projetos, como a interligação transpirenaica, não estão plenamente refletidos no planeamento atual, apesar do seu estatuto de projeto de interesse comum. O reforço da capacidade de interligação transfronteiriça continua a ser essencial para ajudar a gerir a produção excedentária de eletricidade a curto prazo, reforçar a integração do mercado da UE, a flexibilidade do sistema e a expansão das energias renováveis, em especial com a Península Ibérica.

²⁹ O grande plano de investimento da RTE, no valor de 100 mil milhões de euros até 2040, foi aprovado pela entidade reguladora francesa em fevereiro de 2026: [Examen du schéma décennal de développement du réseau de RTE élaboré en 2025 | CRE](#).

- (37) O recente aumento da oferta e da disponibilidade de eletricidade limpa (através de uma maior disponibilidade do parque nuclear e de uma implantação mais rápida da energia solar), juntamente com uma procura globalmente estável e uma maior necessidade de soluções de flexibilidade no sistema elétrico, contribuiu para a ocorrência mais frequente de horas de preços negativos, uma maior volatilidade dos preços, um maior deslastre das energias renováveis e uma maior necessidade de modulação da produção nuclear. A França tem uma matriz elétrica, em grande medida, sem combustíveis fósseis e registou o terceiro preço grossista da eletricidade mais baixo em toda a UE em 2025, tornando a eletricidade limpa um vetor economicamente atrativo para a descarbonização. No entanto, continua por explorar um potencial de eletrificação significativo, o que amplifica a atual dinâmica de excesso de oferta: a quota de eletricidade no consumo de energia final da França é superior à média da UE, mas manteve-se estagnada ao longo da última década, aumentando apenas moderadamente de 20 % em 1990 para 26 % em 2024, de acordo com o serviço francês de estudos e dados estatísticos (*Service des données et études statistiques*, SDES). Em 2024, a eletricidade representou 35,4 % e 35,7 % do consumo final dos agregados familiares e da indústria, respetivamente, enquanto a sua percentagem nos transportes permaneceu baixa, situando-se em 2,5 %. Por conseguinte, novos progressos na eletrificação em todos os setores ajudariam a descarbonizar a economia de forma eficaz em termos de custos, a criar novos mercados para a produção hipocarbónica e a apoiar a justificação económica para a implantação de energias renováveis e soluções de flexibilidade. Tal poderia ser alcançado através da execução de um programa de eletrificação das utilizações finais, com metas ambiciosas para os setores com elevados níveis de emissões — como os transportes, o aquecimento e arrefecimento nos edifícios e a indústria.

- (38) A escassez de água está a limitar cada vez mais a atividade económica, tendo 24-26 % da produção bruta da França estado exposta a riscos no que se refere às águas superficiais e a custos relacionados com a seca superiores a 5 mil milhões de EUR em 2022. O impacto da escassez de água é transetorial e cria tensões em todos os setores com utilização intensiva de água, como a energia, a agricultura, a indústria e o turismo, na maioria das regiões. Estas pressões são ainda agravadas pela dependência da França da água para a produção de eletricidade (energia hidroelétrica e arrefecimento nuclear), cujos riscos climáticos são reconhecidos através do terceiro plano nacional de adaptação às alterações climáticas (PNACC-3). As disparidades regionais acentuam ainda mais estas pressões: as zonas de agricultura intensiva são afetadas pela poluição causada por nitratos e pesticidas; as regiões urbanas e industriais enfrentam uma elevada procura combinada com diversos poluentes [incluindo substâncias perfluoroalquiladas e polifluoroalquiladas (PFAS)³⁰ e microplásticos]. O acesso à água potável e ao saneamento continua a constituir um desafio, com um défice de investimento anual significativo no valor de cerca de 4,6 mil milhões de EUR, em especial nas regiões ultraperiféricas, apesar dos programas de investimento específicos, como o plano «Água» nos departamentos ultramarinos (PEDOM). É necessário reforçar a governação nacional e local da água para gerir melhor a procura concorrente e resolver conflitos intersetoriais, colmatando simultaneamente os défices de investimento em infraestruturas hídricas resilientes, reforçando a monitorização e a transparência da qualidade da água e salvaguardando a qualidade da água da poluição agrícola e industrial, a fim de reduzir o impacto económico da escassez e da degradação da qualidade da água. Por último, estas melhorias deverão ser incluídas numa abordagem integrada da adaptação e resiliência às alterações climáticas.

³⁰ Substâncias perfluoroalquiladas e polifluoroalquiladas (ou seja, produtos químicos sintéticos eternos).

- (39) Atendendo ao papel crucial do capital humano no reforço da competitividade e da autonomia estratégica da União, o Conselho, em 2026, recomendou que os Estados-Membros tomassem medidas para dar urgentemente resposta aos desafios estruturais relacionados com o capital humano nos domínios das competências, da educação e da formação que comprometem a competitividade. As recomendações específicas por país de 2026 dirigidas à França podem contribuir para a aplicação da recomendação do Conselho sobre o capital humano na União.
- (40) Apesar de ter registado uma melhoria significativa, a taxa de emprego francesa continua a ser baixa e persistem obstáculos ao emprego, especialmente para os jovens trabalhadores. Apesar dos esforços envidados para combater o desemprego dos jovens através de programas apoiados pelo MRR e pelo FSE+, como o «1 jeune, 1 solution» e o «Contrat d’engagement jeune», a taxa de desemprego dos jovens (19,7 % em 2025 entre os 15-24 anos) e a taxa de jovens que não trabalham, não estudam nem seguem qualquer formação (NEET) (12,7 % em 2025 entre os 15-29 anos) estão a aumentar. As oportunidades de emprego para os jovens são especialmente escassas nas regiões ultraperiféricas, nas zonas rurais, nas periferias urbanas e nos territórios em transição industrial. O acesso limitado a habitação e transportes a preços acessíveis dificulta ainda mais a integração no mercado de trabalho, sendo estes desafios particularmente graves nas regiões ultraperiféricas. Embora a aplicação da reforma do serviço público de emprego *France Travail* e a atual aplicação da Lei do pleno emprego ainda tenham de ser avaliadas, a eliminação destes obstáculos, em especial melhorando a orientação, a coerência e o conhecimento dos regimes de apoio existentes, melhorando o acesso à habitação e as opções de mobilidade e alinhando melhor a educação e a formação com as necessidades dos empregadores, poderia melhorar a integração no mercado de trabalho, em especial dos jovens, e reduzir a escassez de mão de obra.

- (41) O mercado de trabalho francês também enfrenta inadequações de competências, em especial em setores fundamentais como a indústria transformadora, a construção e os setores social e dos cuidados de saúde, nos quais persistem dificuldades de recrutamento. A França investiu na melhoria de competências e na requalificação dos trabalhadores, com o apoio do MRR e do FSE+, o que conduziu a um ligeiro aumento do número de adultos que participam em ações de formação (49,2 % em 2022 face a 48,4 % em 2016). No entanto, os progressos na consecução da meta de 65 % para 2030 continuam a ser lentos, em especial entre os trabalhadores pouco qualificados e os trabalhadores mais velhos. Continua a ser necessário um melhor alinhamento da formação com as necessidades do mercado de trabalho e um maior apoio aos grupos vulneráveis. Além disso, os recentes cortes no financiamento da aprendizagem e da formação³¹ poderão reduzir a participação global. A falta de mão de obra qualificada, nomeadamente nas áreas da ciência, tecnologia, engenharia e matemática (CTEM), está a limitar a capacidade da França para satisfazer a procura crescente em setores orientados para a tecnologia. Em especial, as tecnologias da informação e comunicação (TIC) e os engenheiros industriais estão entre as profissões com as previsões de crescimento mais fortes, mas perto de um em cada quatro postos de trabalho correm o risco de continuar por preencher devido a esta escassez de competências. A inscrição em estudos no domínio das CTEM está a diminuir e continua a ser inferior à média da UE. Os esforços envidados para impulsionar a inscrição nas áreas CTEM no ensino secundário e superior, juntamente com intervenções precoces para aprendentes com elevado potencial, bem como o reforço da formação contínua dos professores no domínio das CTEM, ajudariam a colmatar os défices de competências no domínio das CTEM em indústrias fundamentais.

³¹ Orçamento de 2026, Lei das Finanças de 2026.

- (42) O sistema educativo francês caracteriza-se pelo declínio da proficiência em competências básicas e nas áreas CTEM³². Embora as pontuações do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) se aproximem da média da UE, a percentagem de jovens de 15 anos com fraco aproveitamento em ciências, matemática e leitura aumentou e excede a meta de 15 %³³ para 2030, em especial em matemática, onde a percentagem de alunos com melhor desempenho também regrediu. A França apresenta também uma das disparidades socioeconómicas mais acentuadas da UE³⁴, continuando o contexto socioeconómico a ser um forte indicador dos resultados escolares. O apoio existente aos alunos com fraco aproveitamento continua a ser insuficiente, principalmente devido à cobertura inadequada dos «réseaux d'éducation prioritaire» (redes educativas prioritárias). O alargamento das zonas educativas prioritárias, a adoção de critérios flexíveis para as escolas desfavorecidas e a mobilização dos dados de avaliação dos alunos para adaptar os métodos de ensino poderiam contribuir para responder melhor às necessidades individuais e melhorar o desempenho dos alunos em competências básicas, desde tenra idade. No entanto, as frequentes mudanças políticas resultaram num tempo insuficiente para a implementação e avaliação e numa apropriação reduzida por parte da comunidade docente, tendo comprometido a eficácia das reformas.

³² *Trends in International Mathematics and Science Study (TIMSS)* de 2023.

³³ De acordo com o inquérito do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) de 2022, 28,8 % dos jovens de 15 anos na França apresentam um fraco desempenho em matemática, contra 29,5 % na UE, 26,9 % em leitura, contra 26,2 % na UE, e 23,8 % em ciências, contra 24,2 % na UE.

³⁴ OCDE, PISA 2022 Results (Volume I), 2023.

- (43) Persistem desafios significativos na melhoria das condições de trabalho dos professores e da qualidade da sua formação, comprometendo a atratividade da profissão. A França enfrenta uma reserva decrescente de candidatos à profissão docente e um aumento do desgaste entre o pessoal com vínculo permanente. Entre os principais fatores que contribuem para esta situação contam-se a remuneração inadequada em comparação com a média da UE³⁵, as más condições de trabalho, o reconhecimento profissional limitado e as oportunidades limitadas de mobilidade^{36,37}. Além disso, o inquérito internacional sobre ensino e aprendizagem (TALIS) mais recente revela que os professores franceses referem uma menor satisfação tanto com a formação inicial de professores como com o desenvolvimento profissional contínuo em comparação com os pares da UE, com lacunas críticas em matéria de formação, em especial em domínios emergentes como a integração da IA. Aumentar a dependência de professores temporários com níveis mais baixos de qualificações e experiência e um acesso mais reduzido à formação pode afetar a qualidade do ensino. Foram tomadas medidas para melhorar as condições de ensino, incluindo a reforma da formação inicial de professores de 2025, que já conduziu a um aumento das candidaturas a exames, o que sugere um potencial aumento da atratividade da profissão. No entanto, o orçamento de 2026 ditou a supressão de mais de 4 000 lugares de professores, em parte justificada pelo declínio demográfico, mas também limitou as oportunidades de reduzir a dimensão das turmas. A reforma do desenvolvimento profissional contínuo de 2022 ainda não revelou melhorias substanciais na cobertura, acessibilidade ou qualidade da formação. Há margem para novas medidas destinadas a alinhar melhor a formação inicial e contínua com a evolução das necessidades de todos os alunos³⁸ e a proporcionar aos professores e às escolas uma maior autonomia³⁹. Em especial, o Tribunal de Contas adverte que, na prática, os diretores das escolas têm uma margem limitada para se adaptarem às necessidades dos alunos e às circunstâncias locais⁴⁰.

³⁵ A remuneração dos professores corresponde a 82 % do salário de um trabalhador com formação superior (média da UE: 85 %) e apenas 26,6 % dos professores estão satisfeitos com os seus rendimentos (média da UE: 37,3 %). OCDE, *Education at a Glance*, 2025.

³⁶ France Stratégie, 2024, [Working in Public Service: The Challenge of Attractiveness](#).

³⁷ Cour des comptes, [Devenir enseignant : la formation initiale et le recrutement des enseignants des premier et second degrés](#), Rapport public thématique, 2023.

³⁸ *Éducation: comment mieux orienter la dépense publique*, Conseil d'analyse économique, 2025, disponível em: [Éducation : comment mieux orienter la dépense publique](#).

³⁹ Lastra-Anadón, C. e S. Mukherjee (2019), *Cross-country evidence on the impact of decentralisation and school autonomy on educational performance*, Documentos de Trabalho da OCDE sobre Federalismo Orçamental, n.º 26, Publicações da OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/c3d9b314-en>.

⁴⁰ Cour des comptes, *Mobiliser la communauté éducative autour du projet d'établissement*, Rapport public thématique, 2023.

- (44) Embora as taxas de emprego tenham aumentado, o risco de pobreza e exclusão social agravou-se nos últimos anos. Um dos principais motores desta tendência é a prevalência crescente da pobreza no trabalho, que aumentou nos últimos anos, em especial entre os trabalhadores por conta própria e os agregados familiares com filhos. Vários fatores estão na base deste aumento: o emprego a tempo parcial involuntário e fragmentado reduz o total de horas trabalhadas, ao passo que o número de trabalhadores por conta própria sem empregados (microempresários e trabalhadores de plataformas⁴¹ com rendimentos muito baixos e autonomia limitada) aumentou. Além disso, a espiral de salários baixos e o acesso insuficiente à formação dificultam o desenvolvimento da carreira e persistem preocupações quanto às condições de trabalho, incluindo horários de trabalho longos e uma elevada percentagem de acidentes de trabalho mortais. O combate à espiral de salários baixos e ao emprego precário, o reforço das oportunidades de formação e a melhoria das condições de trabalho e da saúde e segurança no trabalho, nomeadamente para os trabalhadores de plataformas, poderiam ajudar a reduzir a pobreza no trabalho.

⁴¹ Rapport pour la France, GDPoweR – *Récupération des données des travailleurs au service de la négociation et du suivi des accords collectifs dans l'économie des plateformes*, 2025.

- (45) A percentagem de crianças em risco de pobreza e exclusão social atingiu 27,5 % em 2025, muito acima do resto da população (19,1 %), sendo a quinta taxa mais elevada da UE. Este aumento decorre de múltiplos fatores. Os progenitores enfrentam dificuldades em garantir um rendimento adequado do trabalho, uma vez que 9,2 % das crianças vivem em agregados familiares com uma intensidade laboral muito baixa, percentagem esta que representa uma das taxas mais elevadas da UE. Além disso, a pobreza no trabalho aumentou acentuadamente entre os agregados familiares com filhos, afetando particularmente as famílias monoparentais, predominantemente sustentadas por mães. Entre as famílias monoparentais que trabalham, uma em cada cinco estava em risco de pobreza em 2025, com as principais causas a incluírem o emprego a tempo parcial involuntário e a perda de oportunidades de carreira, muitas vezes devido à falta de opções adequadas de acolhimento de crianças. Embora a disponibilidade global de estruturas de acolhimento de crianças seja relativamente elevada na França, o acesso continua a ser profundamente desigual: a disparidade entre as crianças favorecidas e desfavorecidas (36 pontos percentuais) é superior à média da UE (20 pontos percentuais). Em 2023, 76 % das famílias em situação de pobreza não conseguiam pagar essas estruturas⁴². Além disso, subsistem preocupações quanto à qualidade, à disponibilidade e ao custo dos serviços de acolhimento de crianças, que variam consideravelmente em todo o território francês. As disparidades territoriais em termos de oportunidades de emprego e formação, acesso a habitação a preços acessíveis, transportes e serviços sociais e de saúde dificultam ainda mais a capacidade dos progenitores para garantir um salário digno. Estes desafios são agravados pelo aumento do custo de vida, que contribuiu para aumentar a privação material ou social grave entre as crianças (10 % em 2025, face a 7,9 % na UE), sendo as famílias monoparentais e as famílias numerosas as mais afetadas pela escalada dos custos da habitação, da energia e da alimentação⁴³. O aumento do número de pessoas em situação de sem-abrigo na França⁴⁴ afeta cada vez mais as famílias com filhos⁴⁵. Apesar das recentes reformas destinadas a melhorar a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar das famílias, os abonos de família e os subsídios de habitação não acompanharam o ritmo da inflação e os critérios de elegibilidade tornaram-se mais rigorosos. A revisão da eficácia das prestações familiares e dos subsídios de habitação, a eliminação dos obstáculos ao emprego para os progenitores, a melhoria do acesso a serviços de acolhimento de crianças e a redução das disparidades territoriais no acesso aos serviços poderiam ajudar a reduzir a pobreza infantil.

⁴² CNAF-ONAPE, *L'accueil des jeunes enfants – Édition 2025*, 2025, [Observatoire national de la petite enfance \(Onape\) | CAF – Caisse d'Allocations Familiales](#).

⁴³ [INSEE, privation matérielle et sociale en 2025](#).

⁴⁴ Fondation pour le Logement, *31^{ème} rapport sur le mal-logement en France en 2026*, 2026.

⁴⁵ UNICEF-FAS, *Baromètre Enfants à la rue*, 2025.

- (46) Tendo em conta a estreita interligação entre as economias dos Estados-Membros da área do euro e o seu contributo coletivo para o funcionamento da União Económica e Monetária, o Conselho recomendou em 2026 que esses Estados-Membros tomassem medidas, nomeadamente no contexto dos seus planos de recuperação e resiliência, para dar execução à recomendação de 2026 sobre a política económica da área do euro. Relativamente à França, a recomendação (1) contribui para a execução da segunda e da quinta recomendações relativas à área do euro, a recomendação (2) contribui para a execução da quarta recomendação relativa à área do euro, a recomendação (3) contribui para a execução da sétima, da oitava e da nona recomendações relativas à área do euro, a recomendação (4) contribui para a execução da sétima recomendação relativa à área do euro e a recomendação (5) contribui para a execução da quinta recomendação relativa à área do euro.

RECOMENDA QUE a França tome medidas em 2026 e 2027 no sentido de:

1. Assegurar que as despesas líquidas respeitem a trajetória corretiva recomendada pelo Conselho em 21 de janeiro de 2025, tendo em conta o desvio projetado pela Comissão para 2026 em relação ao limite máximo das despesas líquidas recomendado. Reforçar as despesas e a prontidão globais em matéria de defesa e segurança, assegurando simultaneamente a sustentabilidade da dívida e a eficiência das despesas e adaptando gradualmente o orçamento para manter despesas com a defesa estruturalmente mais elevadas. Assegurar que as medidas tomadas para atenuar o impacto do aumento dos preços da energia tenham um carácter temporário, sejam orientadas para proteger os agregados familiares vulneráveis ou para dar resposta às necessidades das empresas com utilização intensiva de energia e preservem os incentivos à poupança de energia, e que o seu custo orçamental seja compatível com os compromissos assumidos no âmbito do quadro orçamental da UE. Continuar a executar o conjunto de reformas e investimentos que justificam a prorrogação do período de ajustamento, tal como recomendado pelo Conselho em 21 de janeiro de 2025. Assegurar a sustentabilidade orçamental do regime de pensões, tendo simultaneamente em conta a equidade e reforçando o seu contributo para o emprego e o crescimento potencial. Basear-se nos resultados das revisões das despesas para reduzir a despesa pública de forma duradoura e significativa e melhorar a sua eficiência. Transferir a carga fiscal que recai sobre os fatores de produção para impostos sobre o consumo e taxas ambientais, racionalizando e reduzindo simultaneamente as despesas orçamentais e as despesas fiscais com finalidade social. Reduzir a complexidade administrativa eliminando a sobreposição de competências, melhorando assim a eficiência das despesas. Reforçar a capacidade administrativa e o ordenamento do território nas regiões ultraperiféricas.
2. Assegurar a continuidade das reformas e investimentos executados no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência. Manter a dinâmica de execução no âmbito dos programas da política de coesão, recorrendo, se for caso disso, à reafetação a prioridades estratégicas e às flexibilidades acordadas no contexto da revisão intercalar do quadro da política de coesão.

3. Continuar a simplificar a regulamentação nacional, reduzir os encargos administrativos e as restrições regulamentares impostas às empresas, em especial nos setores da construção e dos serviços, e eliminar os obstáculos à livre circulação de mercadorias. Reforçar a intensidade de I&D das empresas, orientando melhor os regimes de apoio público que incentivam a I&D das empresas e promovem a difusão da inovação, mantendo o apoio público através de um plano de investimento plurianual e incentivando o investimento em capitais próprios por parte dos investidores institucionais e não profissionais, em especial o apoio financeiro às empresas em fase de expansão e à inovação disruptiva. Tornar mais eficazes os ecossistemas que apoiam a colaboração entre o meio académico e as empresas. Melhorar a digitalização das PME, nomeadamente a eficácia das medidas de apoio público existentes. Continuar a promover a diversificação e o emprego nas regiões afetadas pela transição industrial.
4. Acelerar a descarbonização do setor dos transportes, eliminando os obstáculos e proporcionando incentivos para aumentar a procura e a oferta de veículos e modos de transporte com nível baixo de emissões. Impulsionar a eficiência energética dos edifícios e reduzir a dependência dos combustíveis fósseis, assegurando um apoio estável e previsível, com especial destaque para renovações ambiciosas e agregados familiares vulneráveis. Acelerar a implantação de projetos de energias renováveis e limpas, nomeadamente continuando a simplificar os procedimentos de licenciamento. Promover soluções de flexibilidade, como a resposta do lado da procura, as tecnologias de armazenamento ou meios despacháveis limpos, e assegurar um investimento suficiente na capacidade da rede elétrica e nas interligações transfronteiriças. Acelerar a eletrificação das utilizações finais, centrando-se nos setores com elevados níveis de emissões. Melhorar a gestão dos recursos hídricos para responder melhor à procura concorrente entre setores com utilização intensiva de água, assegurar investimentos adequados em infraestruturas hídricas, em especial nas regiões ultraperiféricas, e salvaguardar a qualidade da água da poluição agrícola e industrial.

5. Colmatar a escassez de competências, alinhando a formação com as necessidades do mercado de trabalho, nomeadamente a nível territorial, e impulsionando a inscrição em disciplinas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (CTEM). Aumentar a integração no mercado de trabalho, eliminando os obstáculos à educação e ao emprego para os jovens e alargando o acesso à formação para os trabalhadores pouco qualificados e mais velhos. Melhorar os resultados escolares e reduzir as desigualdades na educação. Reforçar a profissão docente, nomeadamente melhorando as condições de trabalho e a formação inicial e contínua dos professores. Prevenir e reduzir a pobreza no trabalho e a pobreza infantil, eliminando os obstáculos ao trabalho remunerado e sustentável, nomeadamente para os progenitores, melhorando o acesso a serviços de acolhimento de crianças de qualidade para os agregados familiares mais desfavorecidos e reduzindo as disparidades territoriais no acesso aos serviços, nomeadamente aos cuidados de saúde.

Feito em Bruxelas, em

Pelo Conselho

O Presidente / A Presidente
